

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO FOMENTO PARA A ECONOMIA LOCAL

Antonio Carlos Estender

Nilza Aparecida dos Santos

1. INTRODUÇÃO

Os meios de produção são fundamentais à sobrevivência de toda e qualquer sociedade, mas nem sempre são divididos de forma igualitária ou se estabelecem com a eficiência necessária. Talvez nem poderia ser diferente, já que a economia tem no seu estudo primeiro a questão da escassez de recursos. Entretanto, apesar da importância da economia na vida das pessoas, o conhecimento e compreensão sobre fatos econômicos não são comuns à sociedade em geral.

Essas ponderações por si só se traduzem em motivos mais que suficientes para se estudar o assunto, pois uma percepção mais aprofundada sobre o tema pode contribuir para a formação de opiniões e a busca de soluções para problemas deste e de outros tempos.

A economia analisa fenômenos e busca encontrar os mecanismos necessários ao gerenciamento e controle dos mesmos, oportunizando o equilíbrio social. Nesse contexto, a economia solidária surge como um movimento de renovação e de reatualização, apresentando uma nova maneira da sociedade se relacionar com os problemas econômicos. Considerada parte integrante de um programa social de desenvolvimento local, pode refletir novas estratégias às organizações,

propiciando garantia de sobrevivência a grupos populares em sociedades marcadas por processos de exclusão social.

Fomentar a economia solidária significa reconhecer uma outra possibilidade de sustentação das formas de vida de indivíduos em sociedade, simbolizando na prática o ideal de transformação social de toda uma região, permitindo a multiplicação dessas experiências entre diversos membros de uma comunidade.

É preciso uma educação para a economia, pensando no presente, mas com um olhar para o futuro. Para isso, é necessário ter em mente a princípio o desenvolvimento sustentável, onde se faz mister que haja um melhor entendimento por parte da sociedade de que administrar a economia é buscar o equilíbrio entre oferta e demanda, onde os meios de produção devem ser menos concentrados e a produção mais coletiva, utilizando-se os mecanismos de formação de preços e estruturas de mercado.

A economia local é fundamentalmente composta por agentes econômicos (pessoas disponíveis para trabalhar e que integram, portanto, o mercado de trabalho e as empresas, formais ou informais, constituídas para explorar determinado segmento, como o da produção de bens, da comercialização ou o da prestação de serviços). A economia solidária deve unir os meios de produção com a distribuição dos recursos.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) estimula a economia local, possibilitando a diversificação produtiva e o aumento de renda dos agricultores familiares, oferecendo mais alternativas de comercialização e valorização do agricultor local (MAIELLARO, 2020). Na esfera política, a agricultura familiar recebe apoio por meio da inclusão de compras de alimentos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que utiliza processos de comercialização que favorecem a compra de produtos de agricultores familiares ou de suas associações, por governos estaduais e municipais. Essa modalidade é conhecida por Compra Direta Local da Agricultura Familiar, que busca promover a agregação de valor à produção (BRASIL, 2012).

O objetivo deste capítulo é analisar de que forma a aplicação do PNAE fomenta a economia local, incrementando a produção da alimentação escolar com o auxílio do PAA.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agricultura familiar

A alimentação escolar é também chamada de merenda escolar e consiste em uma refeição fornecida aos alunos e havendo sobra também aos professores e funcionários da escola. A Constituição Federal Brasileira de 1988 dispõe, em seu artigo 6º, a alimentação adequada como um direito fundamental do ser humano, constituindo-se como inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados pela Constituição, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar da população (LEÃO, 2013).

O PNAE tem o propósito de respeitar, promover, proteger, facilitar e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Nesse contexto, é importante disseminar e consolidar o sistema de monitoramento e de avaliação, ampliando as possibilidades para fazer do programa um espaço efetivo para a promoção da alimentação saudável e para a formação de sujeitos íntegros (BOCCHI et al., 2019).

O importante papel da agricultura familiar na sociedade brasileira foi enfatizado por Vilpoux e Oliveira (2011). Ambos mostraram que as propriedades familiares eram as principais responsáveis pela geração de renda das famílias no campo, além da criação postos de trabalho. Com isso, as unidades produtivas de pequeno porte representam uma forma de diminuir as desigualdades sociais encontradas no país. Além disso, a agricultura familiar está mais perto da sustentabilidade ecológica por meio da diversificação de produtos e do aproveitamento de todos os recursos disponíveis no estabelecimento.

A promoção da agricultura familiar é fundamental para fortalecer o sistema de produção alimentar local. A economia solidária pode criar alternativas para a organização econômica, estabelecendo diferentes relações de trabalho, particularmente, no setor agrícola. Colabora também com o comércio local, promovendo serviços da própria comunidade e ao mesmo tempo garantindo a segurança, a qualidade alimentar, incentivando e melhorando o processo educacional nas comunidades, oportunizando cidadania.

A agricultura familiar recebeu apoio por meio da inclusão de compras governamentais de alimentos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (GUANZIROLI & DI SABBATO, 2014).

Dentre as ações governamentais do governo federal brasileiro para se garantir a segurança alimentar, uma das mais impactantes é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Para ser enquadrado como agricultor familiar, o produtor deve desenvolver suas práticas nas áreas rurais. A característica básica da agricultura familiar é o fato de a gestão ocorrer de forma compartilhada entre diversos membros de uma comunidade (MEDINA et al., 2015). Além do trabalho coletivo e solidário, a agricultura familiar combate a exclusão, o desemprego e a marginalização.

Um bom exemplo de gestão compartilhada pode ser encontrado na França, na região de Mondragón, que reuniu desde a década de 1960, quatro cooperativas agrícolas e outras de consumo que foram agrupadas, originando a Eroski, Cooperativa de Consumo da área de alimentação. Considerando a totalidade de cooperativas, compreendem 2.400 pontos de vendas e mais de 48 mil funcionários, dos quais aproximadamente 9 mil são sócios-trabalhadores que produzem, gerando renda.

Na busca de entender como se organiza e funciona um projeto de agricultura familiar, foram realizadas visitas a agricultores que fornecem produtos para alimentação escolar na cidade de Itanhaém em São Paulo. O local escolhido para pesquisa foi uma comunidade indígena, participante do projeto de agricultura familiar voltado para alimentação escolar, das aldeias Rio Branco e Tangará, que receberam orientações de órgãos públicos ligados à alimentação escolar para impulsionar o cultivo do milho e de outros tipos de alimentos nativos e também os incluir no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os registros dessas visitas são demonstrados nas figuras abaixo.

Figura 1 – Agricultura Familiar



A aproximação entre os agricultores familiares promove o fortalecimento da economia local, gerando renda e uma alimentação escolar de qualidade que atenda aos princípios de uma alimentação saudável e adequada, contribuindo também para a diminuição da pobreza da comunidade.

2.2 Economia Solidária

A Economia é uma ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem utilizar recursos produtivos escassos, na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los, para satisfazer necessidades humanas, podendo ser analisada por meio de duas vertentes fundamentais: a micro e a macroeconomia, que são importantes ferramentas para compreender o sistema econômico. A análise microeconômica procura explicar como se formam os preços dos fatores de produção e dos bens e serviços, e como se estabelece e funciona o mercado. Além disso, é um instrumental para estabelecer políticas estratégicas, para organizações, governos e comunidades locais (ESTENDER et al., 2021).

A economia solidária oferece novas oportunidades de trabalho e renda, possibilitando acesso dos trabalhadores cooperados aos meios de produção. Para tanto, a comunidade deve adotar providências facilitadoras do processo, como a capacitação de pequenos e médios agricultores e micro e pequenos empresários rurais e a adoção de características sustentáveis aos bens e serviços que serão ofertados por eles.

Os programas de alimentação escolar se mostram como uma forma de organização econômica que pode contribuir para o desenvolvimento local, gerando renda e ofertando produtos de qualidade voltados para o público estudantil.

Programas institucionais do governo federal, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), surgiram como forma de buscar incrementar a economia local, na tentativa de reduzir número de intermediários entre a produção e o destino final dos alimentos, como também aumentar o retorno econômico para o produtor rural.

O PNAE, como programa que dá suporte ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para concessão dos recursos financeiros, tem por objetivo fazer com que os municípios adquiram pelo menos 30% do montante da alimentação escolar da produção da agricultura familiar. O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar utiliza processos de comercialização que favorecem a compra direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, promovendo a agregação de valor à produção (BRASIL, 2012).

Para que participem dos programas de alimentação escolar e promovam o desenvolvimento econômico regional, como forma de diminuição dos custos de aquisição de insumos e incremento da regionalização, a produção gerada pela agricultura familiar deve utilizar o modelo de compra compartilhada. Os efeitos positivos em relação dos mercados institucionais (PAA e PNAE), podem ser citados:

- Garantia de mercado para os produtos da agricultura familiar;
- Alteração na matriz produtiva com maior produção e diversificação;
- Elevação dos preços locais para os agricultores;
- Criação de novos mercados a partir do fornecimento para esses programas;
- Resgate e fortalecimento de práticas e produtos tradicionais e regionais;
- Fortalecimento das organizações da agricultura familiar;
- Melhoria da alimentação tanto para produtores quanto para os beneficiários das instituições atendidas.

A efetividade da alimentação escolar será tanto maior quanto maiores forem o envolvimento comunitário no sistema de produção alimentar e a contribuição da economia solidária local para a configuração da oferta alimentar, gerando, em paralelo, a vantagem da sustentabilidade com impacto no meio ambiente e na qualidade de vida dos residentes do entorno, além de aumento da renda familiar.

A alimentação escolar pode causar impactos econômicos, sociais e de desenvolvimento local positivos, influenciando no desempenho educacional do

estudante. Os efeitos proativos da produção da alimentação escolar no município trazem benefícios no curto e longo prazo para a economia e para a sociedade. A “economia local” é fundamentalmente composta por agentes e instituições econômicas de uma região ou de uma comunidade.

Ações de fomento ao crédito (microcrédito) dirigidas prioritariamente aos pequenos agricultores, iniciativas de capacitação de produtores locais, ações de apoio à comercialização dos produtos, fortalecem a comunidade local, criando condições efetivas para a autogestão e promovendo o desenvolvimento de redes sociais e relações financeiras de proximidade. Pode-se utilizar como exemplo de sucesso, a feira orgânica que acontece no centro da cidade de Itanhaém, que promove melhoria na qualidade de vida da comunidade, por meio da geração de renda e de vínculos criados entre as diferentes formas de associação de grupos.

A sinergia entre o setor privado e poder público por suas interações fortalece a oportunidade de sobrevivência e crescimento, constituindo-se em importante fonte de vantagens competitivas de longo prazo.

Outro componente essencial para a realização da compra de alimentos oriundos da produção agrícola local é a escola pública de ensino fundamental e médio. Considerando aspectos legais da aquisição de bens e serviços pelo setor público, quando se tem a possibilidade de unir escola pública e pequenos produtores rurais locais, na tarefa de promover alimentação escolar, pode-se ter como resultados: uma alimentação de qualidade para os alunos e membros participantes da referida escola; geração de renda comunitária para os produtores, fomentando a economia local e promovendo desenvolvimento da comunidade do entorno.

O redirecionamento de fatores de produção como capital, competência de gestão e tecnologia geralmente não são pertencentes dos pequenos produtores, na sua maioria detêm pequenos lotes de terras e força de trabalho. A renda em economia é gerada pelo pagamento da utilização dos recursos produtivos. Entretanto, na forma de organização por associação como no caso da agricultura familiar, a renda oriunda da utilização dos fatores de produção não é paga individualmente, é dividida por critérios definidos pelo agrupamento de produtores que são os donos de parte dos recursos de produção. Cabe ressaltar que a geração de renda se configura como um dos principais objetivos para o fomento da agricultura familiar.

A renda de uma família pode ser gerada ou composta por programas de transferência de renda, embora a situação ideal deva ser a renda gerada pelos meios de produção e não por transferência, já que a medida de riqueza de um país é dada pela sua produção.

Programas de transferência de renda podem ser um primeiro passo para o desenvolvimento de regiões mais pobres, mas não encerram esse processo que deve vir seguido de programa de geração de renda. Por meio da alimentação escolar, promove-se o envolvimento da comunidade gerando-se também o aumento da renda familiar de forma positiva, pois o envolvimento do produtor agrícola com a alimentação escolar garante uma renda básica todos os meses a todos os participantes da cadeia produtiva, obtendo-se desta forma a manutenção e a continuidade da renda.

Porém, observa-se algumas dificuldades para implementação do aumento de renda que tem por base a alimentação escolar. Por exemplo, a redução do crédito à agricultura familiar, que tem sua origem no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – órgão responsável pela autorização dos créditos para os produtores com o objetivo principal de melhorar a produtividade por meio do crédito rural.

O PRONAF apresenta dificuldades relacionadas a limitações de recursos humanos pelo reduzido número de agentes e o limite no número de contratações mensais, além da dificuldade de comunicação pela ausência de divulgação do processo, pelas restrições cadastrais, redução no prazo de pagamento, exigência de notas fiscais e exames antecipados e também pela burocracia para renovação.

Para que isso seja evitado, o poder público deve ter um envolvimento mais profundo no processo, fornecendo suporte técnico para auxiliar no preenchimento da documentação, o que resultaria menos tempo para obtenção do acesso ao crédito, já que esse processo ligado ao microcrédito é moroso e cansativo.

A ausência de uma assistência técnica especializada, que contribua com o know-how para solução de problemas, pode facilitar o acesso a novas tecnologias pelos produtores. O envio de uma equipe técnica ao local, instruindo e orientando com novas técnicas pode aumentar a produtividade e qualidade da produção.

O programa de alimentação escolar se apresenta como um importante aliado para que o desenvolvimento econômico possa ocorrer de forma mais sustentada. Só isso já seria justificativa mais que suficiente para a implementação de programas como o de alimentação escolar.

2.3 Renda Comunitária

A renda comunitária é a construção da economia local da qual se aproveitam as mudanças nas relações de produção e lançam-se os alicerces de novas formas de organização da produção. Acredita-se que a economia local permitirá o aumento

da renda das comunidades, pois a ideia central aqui é gerar renda, inserindo as pessoas no meio de produção de forma individual ou coletiva.

Os desafios para a garantia da sustentabilidade quando se analisa a questão no contexto da alimentação escolar é o quanto a oferta de produtos e serviços que servem aos estudantes das escolas públicas é formada localmente, isto é, produzida por agentes da economia local, pertencentes à mesma coletividade na qual estão inseridos os estudantes.

Do mesmo modo, quando se fala em sustentabilidade econômica deve se pensar em como os entes comunitários, integrantes da economia local, estão produzindo alimentos de boa qualidade em quantidades suficientes para as gerações atuais, preocupando-se também em preservar os recursos necessários, isto é, o meio ambiente e as estruturas produtivas, para permitir que as gerações futuras também usufruam da mesma oferta.

Aumentar o crescimento econômico de um país, necessariamente, não denota que está havendo melhoria no padrão de vida de sua população; isso só ocorre se juntamente com o aumento da renda per capita, houver uma melhora nos indicadores sociais (pobreza, desemprego, meio ambiente, moradia, entre outros).

Assim, uma região que não se favorecia do programa de alimentação escolar do governo, quando passa a se beneficiar, recebe uma renda extra representada pelos recursos federais que são transferidos à população local para adquirir insumos e produzir produtos alimentares, transportá-los, prepará-los e entregá-los para os estudantes na escola.

Quando a produção é gerada pela utilização de recursos de produção da própria região, favorece ainda mais o aumento da renda local. Em economia, quando são utilizados recursos produtivos, gera-se renda que leva ao consumo e consequentemente atrai mais investimento em produção.

Esse círculo se torna virtuoso, podendo propiciar desenvolvimento econômico. Importante ressaltar que a realização de investimento depende de fontes de financiamento que podem ser públicas, privadas ou como no caso em questão, onde o financiamento pode ser realizado pela própria população local, quando parte da renda gerada for destinada para investir em produção de produtos regionais voltados à alimentação escolar.

No Brasil, apenas 20% das terras agricultáveis pertencem aos pequenos produtores familiares, segundo dados do último Censo Agropecuário realizado em 2015, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mesmo assim, a agricultura familiar é responsável por mais de 80% dos empregos gerados no

campo, o que evidencia sua importância ao gerar renda local, fixar o homem no campo e diminuir, consideravelmente, as demandas nas cidades por saúde, educação, saneamento básico, entre outras.

Anjos e Oliveira (2016) relatam que mesmo que às formas associativas da agricultura familiar sejam atribuídas, como condição irredutível, a inserção da produção familiar no mercado, propicia-se a formação de organizações para garantir direitos básicos de cidadania que não são assegurados pelo Estado brasileiro, principalmente nos territórios rurais.

A produção de alimentos em escala familiar ganha destaque por se constituir uma estratégia produtiva e de renda para os agricultores familiares, por meio da possibilidade de agregação de valor aos seus produtos. Assim como, de natureza social, ambiental e cultural por promover aspectos de inclusão do agricultor no consumo da região que gera um conjunto positivo para novos investimentos tanto para as famílias envolvidas como para a comunidade local. Dessa forma, é possível obter vantagens econômicas além de se obter maior rentabilidade e ser mais competitivo.

A Figura 2, a seguir, ilustra a vivência de agricultores que produzem para a alimentação escolar, respeitando a cultura local. Tal fato pode ser observado na imagem da matriarca responsável pelo cultivo, que propaga a crença regional da fertilidade aos membros jovens da aldeia, o que reforça a ideia de que o projeto de agricultura familiar oportuniza a melhoria da qualidade de vida das famílias participantes e o respeito às origens e tradições da região, da colheita de milho guarani, além da geração de renda.

Figura 2 – Indígenas plantando e o fruto da colheita com destino à alimentação escolar



Muitos são os benefícios advindos da agricultura familiar, entretanto Foster et al. (2013) apontam como pontos desfavoráveis a baixa produtividade, altos custos e riscos elevados de produção. A principal preocupação se reflete pela ideia de que a agricultura familiar não poderia atender a demanda de alimentos, em virtude de sua escala de produção ser menor em relação à agricultura convencional. Apesar das dificuldades apontadas, é preciso levar-se em conta a possibilidade da geração e aumento da renda familiar, aliada a um estado de bem-estar social.

Assim, embora nem sempre se tenha precisão de quanto variou a renda comunitária, aumentando ou diminuindo (dada a ausência de registros oficiais), é intuitivo constatar que um aumento ou diminuição de renda comunitária pode ocorrer a partir de determinado ato ou decisão capaz de alterar as relações econômicas locais.

Entre os produtos, a mandioca e o milho são a base da alimentação caiçara (nome dado aos nascidos na região) e com a herança indígena, os caiçaras fabricam cestos, redes, panelas de barro e vários utensílios domésticos. Com o tempo, essas técnicas foram deixadas de lado pelos membros mais jovens. A população caiçara faz parte da cultura litorânea brasileira, principalmente na culinária.

Segundo Branco (2005), nos últimos anos, muitas famílias abandonaram a pesca e a agricultura, em busca de novas oportunidades, mas apesar disto a agricultura familiar sobrevive, pois muitos jovens querem retornar às suas origens trabalhando com os pais. O reconhecimento dos agricultores enquanto atores deve estar articulado ao reconhecimento social e econômicos por parte da sociedade em que estes se inscrevem (GHIZELINI, 2010).

Para muitos, a renda proveniente desse modelo de desenvolvimento e bem-estar constitui a única fonte de renda da comunidade. A organização social é decorrente da implantação (ato de implantar, fixar, enraizar, introduzir, estabelecer) e da implementação (pôr em prática, executar ou assegurar a realização) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).

Nos moldes corretos, ou seja, o município deve produzir no mínimo 30% de sua alimentação escolar em seu território, pois isso impacta a economia local e incentiva de forma indireta uma nova forma de comercialização.

Essa organização tem se constituído em exemplo para todos dentro da comunidade onde estão inseridos e tem incentivado os jovens que antes queriam ir morar fora da cidade a permanecerem e produzirem, além do respeito a essa comunidade e a melhoria de conduta para suas famílias. A satisfação pessoal dos

trabalhadores, verificada no desenvolvimento das ações coletivas, tem contribuído para a continuidade do sistema, além de seu aperfeiçoamento.

2.4 Segurança Alimentar e a Economia Local

A Segurança alimentar é um conceito muito utilizado, sobretudo quando se tem uma visão global do mundo e onde se percebe que há agrupamentos humanos em risco por questão alimentar, seja por falta (causando fome), seja por abundância (causando, por exemplo, obesidade – quando se consome alimentos ricos em gordura, açúcares e de baixo teor nutritivo).

Tem-se segurança alimentar quando todas as pessoas, de uma vila, de uma cidade, de uma comunidade ou até mesmo de um país ou região, em todos os momentos, têm acesso físico e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para atender às necessidades e preferências alimentares de uma vida ativa e saudável (ESTENDER et al., 2021).

Para que se tenha segurança alimentar, é preciso que haja: i) disponibilidade (comida suficiente para todas as pessoas o tempo todo); ii) acessibilidade (acesso físico e econômico a alimentos para todos, em todos os momentos); iii) adequação (acesso a alimentos nutritivos e seguros e produzidos de maneira ambientalmente sustentável); iv) aceitabilidade (acesso a alimentos culturalmente aceitáveis, produzidos e obtidos de maneiras que não comprometam a dignidade, o respeito próprio ou os direitos humanos das pessoas; e v) fiscalização e controle.

Quando um ou mais desses fatores essenciais para a segurança alimentar não estão presentes, pode ocorrer a insegurança alimentar, algo que segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO, 2019) atinge 26,4% da população mundial, totalizando aproximadamente 2 bilhões de pessoas.

O conceito de insegurança alimentar é utilizado quando não se tem acesso físico ou econômico a necessidades suficientes, seguras e nutritivas, ou seja, exatamente o contrário do conceito de segurança alimentar. A insegurança alimentar se revela como um processo progressivo, gerenciado por meio de táticas nos níveis domiciliar e individual. Inicialmente, a insegurança é sentida em nível do domicílio e depois, quando a situação piora, em nível individual. Primeiro, os adultos começam a pular refeições ou diminuir as porções de alimentos e, por último, as crianças começam a passar por essa experiência, o que indica uma situação ainda mais grave no âmbito da família.

Quando há insegurança alimentar, há certamente qualidade de vida menor para os moradores de uma determinada comunidade ou região. Em regiões desérticas

ou de muita seca, é mais provável que haja insegurança alimentar, pois a população tem dificultado o acesso a alimentos, incluindo a água.

Em situações de insegurança alimentar, as pessoas são afetadas negativamente em sua saúde física, mental e no entrosamento social. Com a insegurança alimentar, observa-se maior presença de obesidade, diabetes, desnutrição e doenças crônicas. A falta de alimentação adequada, portanto, vai muito além da fome e afeta o ser holístico, a pessoa em sua integralidade.

Figura 3 – Insegurança alimentar/Pobreza



Fonte: Autoria própria (2021).

A insegurança alimentar tem diversas causas, não necessariamente diretas, por exemplo: i) a pobreza muitas vezes resultado de crises econômicas, aumento do desemprego e declínio dos salários, o que afeta negativamente o acesso à comida; ii) a geografia (em algumas comunidades o acesso a alimentos in natura ou minimamente processados é escasso ou impossível, de se adquirir uma alimentação saudável); o meio ambiente (mudanças climáticas, por exemplo, podem trazer um aumento de gases de efeito estufa, inundações e mudanças de temperatura que podem dificultar o crescimento e o acesso aos alimentos), dentre outros.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstram que é necessária a articulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que pode fomentar a economia local, buscando entender as possibilidades de produção da agricultura familiar e da demanda da alimentação escolar, para que efetivamente atinja-se o objetivo deste

capítulo que foi analisar de que forma a aplicação do PNAE fomenta a economia local, incrementando a produção da alimentação escolar com o auxílio do PAA.

Promover a agricultura familiar, reorganizar os pequenos produtores e efetivar as compras para alimentação escolar no próprio município é fundamental para a melhoria da alimentação escolar. Participar do PAA para a agricultura familiar é a garantia da comercialização dos produtos produzidos pelos agricultores a preços praticados no mercado, fortalecendo a renda dos produtores, impactando positivamente o comércio e possibilitando que o investimento permaneça no município, tanto pela compra governamental da produção dos agricultores quanto pelo fortalecimento da economia local.

O que se verificou é que o PNAE possibilita o aumento da renda dos agricultores e agrega valor aos produtos produzidos. Dessa forma, na identificação e análise dos resultados relatados que compõem o segmento de alimentação escolar, pode-se dizer que muitos são os desafios para se promover ações que fortaleçam uma política pública de compras governamentais inovadora e saudável que traga retorno para a sociedade com grande efeito multiplicador na renda das famílias e comunidades.

O presente capítulo foi realizado, tendo toda cautela na interpretação, análise e apresentação dos dados para garantir os resultados apresentados. Todavia, não podem ser generalizados para o universo dos municípios em razão da limitação do tamanho da amostra e porque outras pesquisas, em outros tempos, ou segmentos podem apresentar resultados distintos.

AGRADECIMENTOS

Este estudo foi financiado em parte pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código Financeiro 001

REFERÊNCIAS

ANJOS, E. G.; OLIVEIRA, D. S. Caracterização do tipo 1 das organizações econômicas da agricultura familiar. *In: SEAD. Organizações econômicas da agricultura familiar brasileira: uma construção tipológica. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2016.*

BOCCHI, C. P. *et al.* A década da nutrição, a política de segurança alimentar e nutricional e as compras públicas da agricultura familiar no Brasil. *Rev panam salud publica.* 2019;43: e 84. <https://doi.org/10.26633/rpsp.2019.84>.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Alimentação Escolar, Histórico. Acesso 2020 set. 19. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-historico>.

BRASIL. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2012. Acesso em: 02 abr. 2020.

ESTENDER, A. C. *et al.* Fortalecimento da economia local por meio da alimentação escolar proveniente da agricultura familiar. Foz do Iguaçu. Enegep. 2021.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. Consulta ao website <http://www.fao.org/home/en/>, 7 nov. 2019.

FOSTER, D., ANDRES, C., VERMA, R., ZUNDEL, C., MESSMER, M. M., & MADER, P. Yield and Economic Performance of Organic and Conventional Cotton-Based Farming Systems – Results from a Field Trial in India. PLoS ONE, 8(12), 1-15. 2013.

GHIZELINI, A. A. M. Atores sociais, agricultura familiar camponesa e o espaço social. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

GUANZIROLI, C. E., & DI SABBATO, A. Existe na agricultura brasileira um setor que corresponde ao “family farming” americano? Revista de Economia e Sociologia Rural, 52, 85–104. 2014. URL: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-20032014000600005&lng=en&nrm=iso&lng=pt.doi:10.1590/S0103-20032014000600005.

LEÃO, M. M. *et al.* O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. Brasília, abranch, 2013.

MAIELLARO, J. R. *et al.* School Feeding Programs in Brazil: A Case Study of Vegetables Distribution using Social Network Analysis in Mogi das Cruzes City. J. Int. Food Agribus. Mark. 0, 0, 1–25 (2021). <https://doi.org/10.1080/08974438.2020.1857893>.

MEDINA, G., ALMEIDA, C., NOVAES, E., GODAR, J., POKORNY, B. Development conditions for family farming: Lessons from Brazil 74, 386–396, <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0305750X15001412>.

VILPOUX, O. F.; OLIVERA, M. A. C. *Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável*. In: VILPOUX, O. (org.). Sustentabilidade e agricultura familiar. Curitiba, Editora CRD, p. 13-53, 2011.

